

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

ENTRE FILÓSOFAS

Gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

Joana Tolentino
Colégio Pedro II

RESUMO: Esse texto apresenta reflexões críticas sobre o cânone filosófico, especialmente o apagamento do lugar de fala das mulheres e as marcas da colonialidade do conhecimento. É também intenção desse escrito analisar algumas contribuições provenientes dos estudos de gênero e da decolonialidade para a área de conhecimento da filosofia.

Palavras-chaves: filósofas; decolonialidade; cânone filosófico; ensino de filosofia.

ABSTRACT: This text presents critical reflections on the philosophical canon, especially the erasing of the women's place of speech and the marks of the coloniality of knowledge. It is also intended in this paper to analyse some contributions from studies of gender and decoloniality for the philosophical knowledge.

Keywords: women philosophers; decoloniality; philosophical canon; philosophy teaching.

Introdução

Venho neste escrito usar a filosofia como meio para dar voz a Lélias, Teresas, Mariás, Ofelias, Djamilas, Marilenas, Suelis e tantas outras mulheres filósofas cujas vozes foram silenciadas pela tradição filosófica e seu cânone excludente, androcentrado, eurocêntrico. Estranho usar a filosofia como meio e não como fim? Na mesma intensidade que essa máxima vale para a relação entre os seres humanos, no campo da ética, ela nos parece diametralmente oposta à relação que podemos ter com a produção de saberes. Talvez não haja nada mais inócuo do que uma filosofia endógena, voltada apenas para si mesma, descontextualizada, sem diálogo com o que a cerca: arte, tecnologia, educação, sociedade, conhecimento, saúde, linguagem. Poderíamos aproximar ainda mais o zoom nas áreas e problemas da filosofia e citar a amizade, a identidade, as leis, o amor, os governos, como alguns temas de interesse da filosofia, abordados por autoras e autores, com suas reflexões, interpretações, criações. Afinal, o que instigou Platão a escrever seu célebre livro *A República*, se não o mundo grego antigo que o rodeava, sua dinâmica social e organização política? Livro que sintetizou uma fase do pensamento platônico, ao redor do qual muito da filosofia orbita até hoje, a tal ponto que alguns filósofos chegaram a afirmar (e tantos outros repetiram) que a história da filosofia seria apenas nota de pé de página da filosofia de Platão. O que teria inspirado Kant a escrever seu texto icônico sobre o esclarecimento, se não o movimento ideológico-político homônimo que fervilhava na Europa de sua época, período que convencionou-se denominar por modernidade?

A partir do exposto, afirmamos o valor de tomar a filosofia e seu *modus operandi*, como meio, isto é, caminho para abordar questões que nos afetam hoje – que tecem o amanhã e que estão entrelaçadas com o que vivenciamos ontem, com a nossa história, sócio-cultural e também pessoal. Assim, questionamos: não caberia à filosofia, com sua criticidade inerente, esgarçar o cânone filosófico, tensionando-o a incluir outras subjetividades, e espistemes a elas associadas, ainda hoje excluídas? Por que os estudos e pesquisas em filosofia pouco ou quase nada analisam e criticam as opressões sofridas por determinados corpos nos espaços de produção de saberes? Por que não investiga como isso se reflete nas teorias, conceitos e sistemas ainda profundamente colonizados,

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

com os quais vivenciamos filosoficamente o mundo atual globalizado? Por que raramente tematiza a colonialidade dos saberes e, em última instância, dos seres?

Uma das propostas com esse texto é valorizar a inserção dos estudos decoloniais nas pesquisas filosóficas e em seu ensino, provocando o esgarçamento do seu cânone, hegemônico e excludente - eurocentrado, patriarcal, branco, heteronormativo. Buscamos também alterar o efeito de imposições e restrições curriculares que decorrem desse cânone filosófico e sua colonialidade, construindo os currículos explícitos e implícitos, assim como os nulos, as lacunas, via apagamentos e silenciamentos. Interessa-nos perguntar: o quanto ensinar filosofia a partir desse referencial tradicional canônico excludente, no Brasil, na Latino-América, no séc. XXI, reitera e reforça a opressão de corpos já historicamente marginalizados em nossas sociedades, fundadas em modelos colonizados e colonizadores? Afirmamos aqui que queremos ensinar filosofia em uma chave democrática, visando a emancipação, fomentando a liberdade e a diversidade. Esse princípio nos coloca em franca tensão com essa tradição filosófica de silenciamentos e invisibilizações. Isso tem implicações nas escolhas teóricas e metodológicas (sabemos que não há neutralidade possível), provocando-nos a adotar o paradigma e os referenciais da decolonialidade, a fim de buscar a emancipação do próprio discurso filosófico, rompendo com a hegemonia em sua tradição ocidental. Nesse mesmo sentido, buscamos também a emancipação do ensino de filosofia, ampliando sua geografia, gramática, estilo, história, em síntese, alterando sua cartografia de saberes, com importantes implicações em seu *ethos* e sua *episteme*.

Neste artigo, nos aprofundaremos no debate de gênero, entrelaçando filosofia e gênero, a partir de um recorte dentre outros possíveis, qual seja, a valorização da produção das filósofas na história da filosofia, criticando o seu silenciamento por toda uma tradição filosófica ocidental patriarcal que causa o apagamento, no interior do cânone, das obras criadas por mulheres. Propomos neste texto identificar aportes importantes dos estudos de gênero para o campo da filosofia, ressaltar o entrelaçamento da colonialidade da tradição canônica da filosofia com o apagamento das filósofas de sua história e, inserindo-nos no interior dos estudos decoloniais, valorizar a produção autoral de algumas filósofas, em especial latinoamericanas, com destaque para as brasileiras Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro. Objetivamos, desse modo, reforçar o lugar de fala das mulheres na filosofia, garantindo espaço para as filósofas também nos

currículos e nas práticas de ensino em filosofia. Para as mulheres e meninas que se identificam com o saber filosófico ou que minimamente têm aulas de filosofia na educação básica ou no ensino superior, uma maior visibilidade e a valorização dos saberes das mulheres filósofas é uma ação reparadora. Experiência existencial para as mulheres que atuam no universo filosófico (tal como vivencio enquanto mulher, filósofa e docente de filosofia), mas também o enfraquecimento do simbólico patriarcal que impera. Causando assim o descolamento entre patriarcado e filosofia pelo contra-fortalecimento de um simbólico filosófico de empoderamento feminino, com ênfase na presença das mulheres na história da filosofia, na recuperação da dignidade roubada, veiculando seus escritos, problemáticas e contribuições para o arcabouço filosófico. Na recuperação de seu lugar de fala, via publicização afirmativa das obras por nós criadas – obras de arte, de filosofia, científicas, políticas, sociais. Na esteira das pesquisas ativistas, enquanto pesquisadora-militante, como fiz da filosofia minha escolha, atuo neste campo do saber por vezes tão abstrato e idealizado, mas buscando esgarçar sua história, fissurar suas cristalizações, bombardear seus preconceitos, investindo na desconstrução de sua colonialidade enraizada.

Decolonialidade, gênero e cânone filosófico

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, Anibal, 2010, p.84).

Recorrendo à citação de Anibal Quijano visamos evidenciar a intrínseca associação entre o cânone filosófico excludente, em suas características geográficas, raciais, de gênero e classe, com toda a colonialidade do poder e sua classificação das sociedades e indivíduos, desde a modernidade e a instauração do mercantilismo/capitalismo, a partir de polos dicotômicos. Tais polos foram construídos de maneira excludente, em analogia ao polo central, que difere o ser de todo não-ser: brancos x não-brancos, homens x não-homens, heteronormativos x não-heteronormativos, afirmando sempre um polo em detrimento do outro, numa hierarquização restritiva, que jamais poderia ser exemplo da neutralidade dos saberes. A

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

redução última dessa classificação ordenatória nos remete ao poema de Parmênides, com a famosa classificação ontológica primordial, quando afirma que *o ser é e o não-ser não é*. Sobre este fundamento outras oposições excludentes foram sendo erigidas, por espelhamento, na classificação polarizada dos grupos culturais e seus membros, como: civilizados ou bárbaros, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, racionais ou passionais, modernos ou primitivos, sempre baseados em princípios arbitrários e em muito etnocentros.

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão (...). A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. *Last, but not least*, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do ‘centro’, quer da ‘periferia colonial. (QUIJANO, Anibal, 2010, p.124)

O cânone filosófico opera de modo binário similar, por isso o caracterizamos como excludente. O objetivo almejado com o esgarçamento deste cânone hegemônico é o acolhimento e a inclusão no rol de possíveis no interior dos discursos e investigações filosóficas da: i) diversidade de corpos, pensamentos e filosofias (os três intrinsecamente relacionados); ii) pluralidade de teorias, estilos e estéticas filosóficas; iii) variedade de cartografias de saberes filosóficos; iv) multiplicidade de modos de filosofar, tantos quantos forem as possibilidades de modos de ser e de atuar no mundo. Povoar de outros atravessamentos aquilo que se convencionou denominar por história da filosofia – desmistificando sua linearidade cronológica, a progressividade sucessória de protagonistas (todos heróis brancos!), a aspiração totalizante – assim como seu suposto início na Grécia antiga, no séc. VI antes da era comum.

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 63)

Um deslocamento que questione o padrão hegemônico global imposto pelo colonialidade do saber. E assim superar os signos binários, dicotômicos, padronizados, que hoje são emitidos por todo o simbólico que envolve a filosofia e seu cânone,

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

identificado com o apagamento de teorias que não são eurorreferenciadas, pelo silenciamento de inúmeras vozes: indígenas, africanas, asiáticas - vozes da quase totalidade das mulheres ao longo da história, mesmo em sua vertente escrita ocidental.

Embora em alguns trechos Quijano destaque a relevância da classificação racial/étnica para a configuração da colonialidade, ressaltamos que ele mesmo cita em seus artigos três eixos estruturais de exploração/dominação que sustentariam a colonialidade: trabalho, raça e gênero.

No capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da 'raça' e do 'gênero', as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três instâncias se associam ou se dissociam em relação ao complexo exploração/dominação/conflito. (...) a articulação entre instâncias de exploração e dominação é heterogênea e descontínua. Da mesma maneira, a classificação social como um processo em que as três instâncias estão associadas/dissociadas tem também, necessariamente, essas características. (QUIJANO, Anibal, 2010, p.116-117)

Ainda que estas três instâncias se relacionem de modo assimétrico, descontínuo e heterogêneo, são estruturais e complementares na configuração de mundo que ainda hoje predomina, funcionando sob a égide da colonialidade dos poderes, dos saberes e dos seres, como nos ressalta Aníbal Quijano. Afirmamos a importância da presença dos debates de gênero no interior do arcabouço filosófico, especialmente quando inseridos numa perspectiva decolonial, assim como afirmamos a importância da adoção desta perspectiva descolonizadora em relação aos saberes. Isso se justifica porque toda uma construção de concepção de mundo, na qual vivemos (filosófica, ética, estética, epistêmica), também responsável por engendrar concepções pós-modernas que tendem a predominar em alguns setores na atualidade, fundou-se no colonialismo moderno e é ainda hoje perpetuada via colonialidade. Tal colonialidade e sua necessária classificação social fundamentou-se em paradigmas dicotômicos e excludentes baseando-se em alguns eixos estruturais de opressão. Dentre estes eixos, vale destacar, com especial ênfase, os eixos de raça, classe e gênero, e sua interseção, como nos evidenciou Aníbal Quijano na citação acima. Há também o eixo da sexualidade, como nos ressaltam outros referenciais oriundos das investigações do grupo interdisciplinar *Modernidade e colonialidade*, dentre outras contribuições pós-coloniais e decoloniais com as quais dialogamos neste texto.

Um pressuposto a ser evidenciado aqui é o da imbricação entre saberes e poderes, já tão denunciada por muitas filósofas e filósofos ao longo da história, dentre eles Michel Foucault, em inúmeros escritos. Neste grupo também podemos citar explicitamente Christine de Pisan, filósofa ítalo-francesa do período renascentista, que escreve o livro *A cidade das damas*, datado de 1405, antecipando-se não só à Descartes acerca de questões metodológicas, como ao próprio Foucault e também a Thomas Moore, na construção de utopias políticas, ao propor uma cidade utópica do bem-viver. Na orientação ética e metodológica que aqui adotamos, crítica à colonialidade dos saberes, trabalha-se com a superação do que entendemos ser o mito da neutralidade do conhecimento, ressaltando a impossibilidade de um real distanciamento entre sujeito e objeto, categorias já tão esgarçadas, a partir de uma suposta racionalidade pura e desinteressada, já bastante desmistificada na contemporaneidade.

Para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento.” (RIBEIRO, Djamila, 2017, p.29)

Ter interesse é estar inserido no movimento, no ritmo, no universo do que se quer pesquisar, daquilo que se busca conhecer, ou seja, o próprio de todo movimento de pesquisa, é literalmente estar dentro da coisa - *inter-esse/isso*, na origem etimológica em latim desta palavra. Nas pesquisas engajadas, realizadas por pesquisadoras e pesquisadores militantes, já partimos desse pressuposto da não neutralidade de saberes, e então explicitamos nossas lutas identitárias, pressupostos, linhas de força, jogos de poder - nossos lugares de fala. Trabalhamos, ao contrário, com a percepção da inerente imbricação entre saberes e poderes, descortinando assim as relações de poder que subjazem a todas as pesquisas, assim como a seus financiamentos. Na mesma medida em que diferentes concepções de existência-mundo orientam as ações de toda e qualquer pessoa, assim também ocorre com as ações no campo da produção de conhecimento, da pesquisa, dos saberes.

Filosofia e estudos de gênero: o legado da interseccionalidade

Os estudos de gênero são, por excelência, um campo interdisciplinar, provavelmente porque, jovem que é, já surge no questionamento da separação dos conhecimentos em gavetas estandardizadas, em caixinhas que pouco ou nada se comunicam, o que os transforma em saberes estéreis, desencarnados. Nos estudos de gênero não existe essa separação, esse apartamento, essa suposta pureza, tal como na vida, no mundo, nas relações sociais, nos processos bioquímicos corporais, no movimento, nos processos químicos de interação, na natureza. Desta separação que, na modernidade, instituiu as disciplinas, originaram-se conhecimentos distanciados da vida, das pessoas, do mundo. Os estudos de gênero, ao contrário, surgem da demanda da sociedade, de interações sociais efetivas, implodindo essa separação, ligando campos, valendo-se de estatísticas e teorias sociais, flertando com a arte, criando e validando novos estilos, dialogando e questionando a biologização da vida, buscando fundamentos filosóficos, criando conceitos, esgarçando campos, criticando e propondo novas metodologias. Muito da linguagem que habita este campo semântico foi criada para dar conta daquilo que nenhum outro termo já existente conseguia expressar. Um dos exemplos é a própria expressão assédio sexual, assim como o próprio termo gênero.

(...) gênero era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. “Nós estamos aprendendo”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas.” (SCOTT, Joan, 1995, p. 73).

Essa interdisciplinaridade inerente ao *modus operandi* dos estudos de gênero já é por si só um poderoso aporte ao campo da filosofia, em especial pela ausência, nesse campo, de conteúdos pré-determinados que pudessem caracterizar o que é a área da filosofia, muito mais marcada pelo seu modo de operar, a criticidade, a vocação para o diálogo - como exposto inicialmente.

Outro que é um dos importantes aportes dos estudos de gênero, em especial dos estudos feministas, para a pesquisa em filosofia, é a proposição da interseccionalidade.

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

Esse conceito é entendido aqui como método, caminho privilegiado de análise social. A interseccionalidade propõe o entrecruzamento de variáveis como, raça, etnia, gênero, sexualidade, dentre outras, além da classe, como indispensáveis para as análises e construções teóricas de mundo, também na área da filosofia. Interseccionar é adotar uma abordagem complexa, que coloca o entrecruzamento como mais importante do que as próprias variáveis/eixos/categorias em si. “Assim, o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro.” (SOTERO, Apud: RIBEIRO, Djamila, 2017, p.59). Poderíamos falar de outras variáveis, além de gênero, raça e classe, tal como nos incita o fragmento: geração, sexualidade, geografia, entre outras, com maior ou menor relevância. E assim trilhar caminhos, buscar metodologias que se distanciem de estereótipos e universalizações reducionistas, salientando a importância dos saberes situados, de marcar os lugares de fala. A interseccionalidade permite uma maior compreensão de processos de subjetivação complexos, dos grupos identitários, seus discursos e suas lutas, das configurações das sociedades no mundo em que vivemos, a partir da assunção da complexidade de elementos que nos constituem, em especial no que tange às desigualdades e opressões.

A interseccionalidade descortina a suposta neutralidade, abstração e idealização dos saberes, evidenciando o reducionismo categorial e as universalizações que visaram historicamente o apagamento das diferenças em nome de um sujeito único padrão: masculino, branco, europeu, heteronormativo. Avançando mais profundamente na crítica que é possível operar na tradição do pensamento filosófico a partir desse conceito de interseccionalidade, recorreremos à filósofa latinoamericana María Lugones, cuja crítica é cirúrgica às categorias absolutas, que mais escondem do que revelam. Isso porque privilegiam e destacam um único elemento, uma única variável que, alçada ao estatuto categorial, se sobreporia sobre às demais, sem as quais aquele grupo, ou mesmo indivíduo, não poderia ser compreendido adequadamente, em sua complexidade.

Gênero, raça, classe têm sido pensadas como categorias. Como tais, têm sido pensadas como binárias: homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário. A análise de categorias tem tendido a apagar a relação de intersecção entre elas e, portanto, tem tendido a apagar a situação violenta da *mujer de color* exceto como uma adição ao que se passa com as mulheres (brancas: suprimido) e com os negros (homens: suprimido). A separação categorial é a separação de

categorias que são inseparáveis (LUGONES, María, 2008, p. 76 [nota 4]).

Lugones nos chama a atenção do quanto o pensamento categorial operaria um reducionismo, hierarquizando características que, somente associadas, sobrepostas, ou melhor, interseccionadas, podem trazer uma maior compreensão e possibilidade de atuação contra a opressão de certos corpos. Corpos que foram subsumidos em universalizações, operação de apagamento que, sob o argumento lógico da simplificação, promove e encobre a violência mesma que provoca. A separação do que é inseparável na subsunção das categorias, que predominam no *modus operandi* da filosofia tradicional canonizada, escamoteia existências, no apagamento de seres que foram relegados à zona do não ser, como, por ex, as mulheres latinas, africanas e afro-diaspóricas, asiáticas, *chincanas* que, na geografia dos poderes e saberes, têm suas epistememes negadas, suas vozes silenciadas, seus corpos invisibilizados.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes, sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 63).

No trecho acima a filósofa brasileira Djamila Ribeiro foca no apagamento da produção de intelectuais negros e negras, mas podemos, por analogia, ampliar o foco de análise da citação expandindo para o silenciamento do grupo de mulheres em geral e, interseccionando, lançar especial ênfase para o apagamento da mulher negra latino-americana na história da filosofia, corpo sobre o qual recai tanto as opressões de raça, quanto de gênero, geoespaciais, culturais, aliadas às opressões de classe, que apresentam-se sempre entrecruzadas, como ressalta a citação. Sem a interseccionalidade, na prática, ocultamos e mistificamos a realidade, sua diversidade e complexidade, nos distanciando dela, ao contrário de nos aproximarmos e podermos melhor compreendê-la e transformar. O feminismo teve que se reinventar a partir da percepção de que são muitos feminismos e não um único feminismo universal,

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

totalizante e, a partir disso, reconstruiu sua história, sua trajetória, refez seus discursos, suas metodologias, repensou estratégias de luta, de ação, refletiu sobre valores e paradigmas éticos. “Esse discurso [denominado ‘E eu não sou uma mulher?’] de Truth [Sojourner Truth], ainda no séc. XIX, já evidencia um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher. Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero (...).” (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 21).

Assim, o conceito de interseccionalidade responde a uma necessidade de refletir e nomear essa praxis social renovada, de interseccionar variáveis, a partir do ativismo militante no interior de movimentos por lutas identitárias. Desse modo, este conceito já surge no enfrentamento de qualquer oposição entre teoria e prática, pois se dá justamente por uma demanda social e seu respectivo análogo reflexivo teórico-metodológico. Todo esse *modus operandi* nos aproxima das nossas co-irmãs de área, as ciências humanas, pois tratam-se de estudos e práticas que nos incitam à interdisciplinaridade. A imbricação entre teoria e prática, assim como a interdisciplinaridade, características inerentes também às pesquisas decoloniais, são outros importantes aportes dos estudos de gênero e da descolonização para o campo da filosofia, tradicionalmente avesso às empirias, dados, estatísticas, relatos, narrativas, questionários, experiências. A filósofa panamenha Linda Alcoff afirmou, em conferência no XVIII Encontro Nacional da Anpof (out-2018), em Vitória-ES, que “nós [filósofas e filósofos] precisamos das ciências sociais, assim como elas precisam da filosofia”. Porém parece que no campo deles há mais consciência disso do que no nosso. Enquanto parte dos estudos de gênero, os feminismos têm muito o que contribuir para o campo da filosofia a partir dessa proposta da interseccionalidade, que denominei como metodológica. Neste caminho o movimento foi capaz de se reinventar, optando por trilhar caminhos inovadores, e por isso árduos, de superação do binarismo, dos silenciamentos, das exclusões e apagamentos, que operam silenciosamente, no mais das vezes, via universalizações e aspirações totalizantes. O campo da filosofia encontra-se diante de um exemplo fértil e um convite para se reinventar, através dos recursos propostos, adotando a interseccionalidade e a interdisciplinaridade, para além da dicotomia entre prática e teoria, tendo a oportunidade de criar para si outros referenciais

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

plurais, diversos, coloridos, se desligando das hegemonias impostas pela historicização, baseada num discurso único, calcado na colonialidade.

Afirmando lugares de fala: quem autoriza a autoria das autoras?

O que mais parece ser um trocadilho anuncia com ironia a contradição que se instaura, no universo filosófico da liberdade de pensamento, superação do senso comum e criação conceitual, na necessidade de autorização para a visibilização e o compartilhamento de escritos e projetos filosóficos gerados por mulheres ao longo da história da filosofia. É bem verdade que podemos expandir esse apagamento das mulheres na historiografia da cultura escrita como um todo, sendo notório o apagamento dos feitos de mulheres nas ciências, na técnica, nas letras, política e artes – em especial artes de escrita e liderança: poucas são as mastras, regentes, dramaturgas, diretoras de cinema e teatro que podemos identificar. Isso não desresponsabiliza em nada o campo da filosofia, que ainda se mostra incapaz de fazer essa auto-crítica, primária na construção de qualquer possibilidade de superação, estando muito atrasada nesse sentido em relação a outras áreas, especialmente nas ciências humanas. Quem pensa no entrecruzamento semântico dos termos mulher e filosofia, possivelmente terá um hiato mental de alguns segundos enquanto opera a tentativa de estabelecer uma associação entre palavras que comumente pertencem a campos semânticos apartados. Aqui cabe citar o sistema operacional no qual digitamos nossos textos padrão ABNT que desconhece, pelo menos em língua portuguesa, a palavra filósofas, mantendo eternamente sublinhado esse ‘erro’ linguístico (ou seria um ‘erro’ político, cultural, social?). Em seguida ao hiato citado, poderíamos apostar que a mente faria então ressoar o nome de Simone de Beauvoir, filósofa existencialista francesa que, junto com a filósofa alemã Hannah Arendt, ambas contemporâneas, constituem as exceções à tradição filosófica que provoca o apagamento de epistemes e existências. Exceção que só confirma a regra.

Os manuais filosóficos, os livros didáticos e paradidáticos, bem como as coletâneas historiográficas da filosofia, confirmam empiricamente esse silenciamento das obras filosóficas das mulheres, pois é possível constituir um livro inteiro nesses formatos excluindo absolutamente qualquer voz feminina da filosofia. Quando muito,

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

constam as duas autoras citadas acima que, mais recentemente, têm conseguido furar esse bloqueio, tendo sido autorizadas em suas autorias, mesmo no interior dessa ordem mundial patriarcal de poderes e saberes. Ainda assim, Simone de Beauvoir e Hannah Arendt muitas vezes têm seus escritos filosóficos contestados, sendo desqualificadas quanto a um suposto teor filosófico duvidoso de suas produções. Tudo isso pareceria surreal, não fosse factual: Arendt é comumente identificada como historiadora, cientista política, socióloga e sua afirmação de não se reconhecer enquanto filósofa é recorrentemente usada, de modo perverso, como justificativa para sua exclusão do cânone filosófico. Já Beauvoir é constantemente circunscrita aos ‘estudos de gênero’ (quando estes já nascem multi e interdisciplinares, não estando eles mesmos circunscritos!), por seu livro emblemático para o movimento feminista, *O segundo sexo*. O amplo uso desse livro junto aos movimentos sociais de modo algum o deslegitimaria enquanto obra expoente da filosofia existencialista beauvoiriana. Ao contrário, é possível que justamente essa característica o valorize ainda mais enquanto tal e também valorize a Simone de Beauvoir, enquanto autora de filosofia - de literatura também, mas sobretudo filósofa. Todo esse contexto e o legado de sua obra fazem dela uma autêntica filósofa, ratificando o vigor de sua filosofia, como legítima representante do existencialismo francês, extrapolando-o, indo para além deste, o que a torna intelectual fundamental e atemporal, reforçando, na mesma medida, as características filosóficas de seus textos.

Quem autoriza a autoria das filósofas? Ou seria melhor perguntar, quem as desautorizou ao longo da história ocidental? É preciso entrar nessa seara do questionamento desse apagamento e da necessidade reparativa, afirmando o lugar de fala das subjetividades que foram historicamente marginalizadas (em nosso recorte aqui, as mulheres). “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (RIBEIRO, Djamila, 2017, p. 64). A finalidade é nos distanciarmos, enquanto sociedade, dos perigos de uma história única, parafraseando a fala potente da escritora nigeriana Chimamanda Adichie. No estabelecimento de políticas de reparação que garantam os lugares de fala das subjetividades silenciadas, alterando a produção simbólica na área da filosofia (e também nas ciências, artes, tecnologias, esportes), afetando positivamente o simbólico

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

da produção de conhecimento em geral. A pluralidade de histórias, oriunda da multiplicidade de pessoas no mundo, que constituem a imensa diversidade de culturas nas sociedades, é o que garante, e ao mesmo tempo sustenta, a convivência social baseada nos valores democráticos. Faz-se necessário, concretamente, propiciar ações de justiça cognitiva, baseadas em efetiva reparação, capaz de, a médio prazo, reverter o quadro de epistemicídio da produção de mulheres, das populações africanas e afro-diaspóricas, dos povos originários. Estes grupos foram e ainda são submetidos a processos existenciais e simbólicos de desumanização, em processos violentos de desontologização, que os relegou historicamente à zona do não-ser, ancorada no vácuo da ausência causada pela invisibilidade: vistos como animais, monstros, bruxas, feiticeiras, malignos, passionais, puro instinto e impulsividade, terroristas, criminosos, agressivos, violentos e violentáveis, que devem ser presos, linchados, dominadas, estupradas – tal qual a natureza. Identificados com o pólo da natureza, opõem-se radicalmente ao Homem moderno, cujo modelo é o conquistador: qu pode ser sintetizado pela máxima: “conquisto, logo existo”, como nos ensina Enrique Dussel e a filosofia da libertação na América Latina.

Esses grupos são muitas vezes majoritários na composição do tecido social, mas sofreram a invisibilização de seus feitos e práticas, numa história da filosofia única e tendenciosa, com pretensões universais e totalizantes. O genocídio de suas subjetividades, quando não se traduz no extermínio efetivo de seus corpos, significa o homicídio epistêmico de suas vozes, enquanto produtoras de saberes, no apagamento de preciosas epistemologias que vão entrando em extinção. Aqui fazemos alusão especial ao assassinato da juventude negra nas grandes metrópoles das Américas e aos elevados índices de feminicídio na maior parte dos países do mundo. Vale ressaltar que Lélia Gonzalez já criticava há décadas o uso do termo minorias no Brasil para se referir às mulheres e às populações negras (e indígenas): “Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria a gente não é, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é pretuguês.” (GONZALEZ, Lélia, Apud: PEREIRA e HOLLANDA, 1979, p.205-206). Afinal, a população afro-diaspórica, assim como as mulheres, é a maioria da população no território brasileiro e, no que se refere aos indígenas, tratar os povos originários das terras como minoria, significaria legitimar o genocídio que essas

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

populações indígenas têm sofrido, em suas próprias terras, desde a chegada dos europeus. O que desejamos, ao contrário, é fortalecer essas populações, sua capacidade de autodeterminação, valorizando e disseminando seus conhecimentos e saberes, trocando aprendizagens, proporcionando também a eles outros conhecimentos e saberes, sem lhes destituir da força que é inerente à sua cultura e que se faz presente em cada um deles.

Valemo-nos aqui da atitude crítica, do discurso argumentativo e da criatividade na parturição de categorias e conceitos, características que identificaríamos como filosóficas, para valorizar outras epistemologias possíveis, saberes que refletem outros modos de existir e de atuar no mundo. Apesar daqueles que fazem filosofia no Brasil tão poucas vezes mirarem a própria área da filosofia com seu aparato crítico: não seria um paradoxo a filosofia desempenhar tão raramente a autocrítica, a crítica a si mesma e aos dogmas que a sustentam, quando é tão acidamente crítica com todos os demais saberes? A partir de um movimento de autocrítica em relação ao próprio cânone filosófico, ser capaz de enxergar a necessidade de autorizar como filósofas as várias mulheres que fizeram filosofia ao longo da história, afirmando como filosóficas suas produções, oriundas de distintas culturas e localidades geográficas - asiáticas, africanas, latinoamericanas. E assim, inserir definitivamente estes outros continentes na cartografia da produção de saberes filosóficos potentes, cujas epistemes são relevantes. Quem autoriza a autoria? Quem tem essa autoridade? Quem atribui a alguém a autoria? Jogo de palavras que fulguram no mesmo campo semântico, cujo radical é o mesmo para autoria, autora e autorização. Historicamente as mulheres, tal como outras subjetividades, outros corpos e culturas, foram desautorizadas em sua autoria, tantas vezes lesadas em suas produções, que foram roubadas ou apropriadas por outrem, em geral homens que orbitavam em torno delas: parentes, companheiros, mestres, discípulos. Faz-se necessário o reconhecimento das filósofas e sua autorização, com a valorização de suas obras, investigando e dirimindo desconfianças sobre suas autorias e autoridades. Acreditamos que aprofundando as pesquisas e o ensino de filosofia ao campo da decolonialidade e propondo a descolonização de seu cânone e de suas práticas, seja possível abrir caminhos para a construção de outras epistemologias e filosofias, mais plurais e interculturais. Desse modo, acreditamos fomentar um corpus filosófico que, ao tensionar o cânone, abrindo fissuras, gretas e porosidades, nos

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

propicie a operar coletiva e politicamente numa chave democrática, neste *modus operandi* democrático. Como requerer à tradição da filosofia no Brasil, e a seus atores sociais e epistêmicos, que funcionem num modo democrático, quando, seja por ignorância ou negligência, pouco ou nada contribuimos para o fomento dessa democracia, emanando supostos conhecimentos neutros, quando impregnados de pressupostos, posto que todo saber é sempre situado? Democracia entendida aqui, à luz de Jacques Rancière e Chantal Mouffe, enquanto convivência da diversidade de corpos e vozes, na agonística do dissenso, na partilha do sensível, no espaço público comum.

A superação do patriarcado e da misoginia que ele acarreta, como também do racismo, da desigualdade estrutural, da lgbtfobia, não é um projeto que possa estar associado a um problema socialmente segmentado: problema de mulher ou de feminista, do movimento negro, ou ainda, circunscrito às populações indígenas ou lgbt. Esses são, ao contrário, problemas estruturais das sociedades em que vivemos: industrializadas, urbanizadas, capitalistas, globais, conforme analisado anteriormente. Esses elementos opressores que, em última análise, colocam em xeque as democracias locais, inviabilizando a própria democracia global, somente poderão ser superados na medida em que os tomemos como problemas de todos. Isso significa encará-los também como problemas nossos e de cada um, pensando em como ocorre a inserção de cada um de nós nesse circuito estrutural sócio-cultural opressor. Especialmente no que se refere a nós: filósofas e filósofos latinoamericanos, docentes de filosofia, tradutores e tradutoras de distintas línguas. Sobre isso Yuderkys Espinosa afirmou: “o que fazem as línguas é criar mundos, é produzir mundos” (em palestra na UNIRIO, datada de outubro de 2017), isto é, a pluralidade de mundos e de modos de viver no mundo, a diversidade do existir. A redução dessas línguas implica na redução de possibilidades dos modos múltiplos de viver, tal qual a redução das sementes, pela padronização monocultora, implica nas monoculturas também da mente – o que só se radicaliza com o cultivo transgênico (SHIVA, Vandana, 2010). Entendemos que, para as mulheres e meninas que têm aulas de filosofia na educação básica ou no ensino superior, essa disseminação dos saberes das mulheres que fizeram filosofia ao longo da história constitui-se como uma ação reparadora. Mulheres que ainda hoje filosofam, nas academias e universidades, nas escolas, praças, aldeias, quilombos, em revistas, jornais, aulas e palestras, na escrita e também oralmente. Fazendo uma analogia da questão de gênero

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

aqui enfocada com a questão racial, Lélia nos relata: “(...) Vocês podem imaginar como eu me sentia na aula de história quando a professora dizia que o negro era servil e o índio indolente! Logo eu, filha de pai negro e mãe índia!” (GONZALEZ, Lélia, In: BARBOSA, 2015, p.39). E ainda por cima mulher! O objetivo é agir na resistência propositiva, capaz de potencializar atitudes de fortalecimento da desalienação de nós mesmas, apropriando-nos da proposta de Frantz Fanon em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*.

Alinhavando considerações finais: diversidade e decolonialidade na filosofia

Tudo o que foi ressaltado até aqui nos habilita a afirmar que a tradição filosófica, em sua matriz hegemônica norte-ocidental, opera processos de silenciamento e invisibilização no interior dos quais o apagamento, em sua história e pensamento, da existência e das produções dos corpos femininos, negros, indígenas, gerou alguns mais perversos processos de exclusão identificados ao longo da história. Abaixo Lélia Gonzalez nos provoca com ironia ácida:

Tive que parar num analista, fazer análise etc. e tal, e a análise nesse sentido me ajudou muito. A partir daí fui transar meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em filosofia, transando uma forma cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas, enfim, voltei às origens, busquei as minhas raízes. (GONZALEZ, Lélia, In: PEREIRA e HOLLANDA, 1979, p.203)

Afinal, é a filosofia uma forma cultural ocidental sofisticada ou um *modus operandi*, um fazer reflexivo e propositivo, um pensar que pensa a si mesmo e, portanto, praticamente inerente ao fazer, ao sentir-pensar humano? A pergunta que a esta deveria anteceder é: o que queremos que seja a filosofia? Por que nós que a praticamos em nosso dia a dia, a escolhemos? Com quais objetivos fazemos filosofia? O que nos motiva a continuar filosofando?

Para desempenhar a tarefa descolonizadora da filosofia, ao praticá-la, é importante basear nossas ações nos distintos *modus operandi* que nos constituem, não negando influências, mas pluralizando, incluindo, esgarçando suas margens para englobar tanto análise, síntese, dedução, indução, dialética, inferências – clássicos

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

modelos europeus por nós herdados e que devem ser por nós apropriados. Mas também abrir-se para a antropofagização, a ancestralidade, a oralidade, a performatividade, para a polirracionalidade e todo o sentir-pensar que mobiliza criação, intuição, afetividade, ousadia. Com a abertura dessas fendas, gretas, fissuras e rachaduras na tradição dos saberes canonizados, investigar em que medida fazer filosofia no Brasil envolve incluir o corpo e tudo o que a ele se associa: o polo da natureza, dos afetos, associado às mulheres, aos infantes, a todo o outro identificado enquanto diferença étnica/racial, não negligenciando o sensível e os afetos na produção de conhecimento, integrando outros saberes. Tensionar o cânone filosófico na inclusão de outras vozes, provocando seu esgarçamento, no sentido da diversidade, da interculturalidade, da interdisciplinaridade, da interseccionalidade e do diálogo.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Paulo Corrêa. *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*. Brasília: Abravideo, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*, Revista da Anpocs, São Paulo, n.2, pp. 223-244, 1983.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, pp. 69-82, jan./jun.1988.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: *Tabula Rasa: revista de humanidades de la Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca/Colombia*, Bogotá, n.9, pp.73-101, jul-dec. 2008.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Sociologia Política: dossiê democracias e autoritarismos*, Revista de Sociologia e Ciência Política da UFPR, Curitiba, n.25, pp. 11-23, nov. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.84-130.

PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

TOLENTINO, Joana
Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia

_____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2003.